

Infra BR V Rodovias Holding II S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referente ao exercício findo em 31
de dezembro de 2025**

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código 1785-2CCE-DD86-FFDC.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

2025

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código 1785-2CCE-DD86-FFDC.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código 1785-2CCE-DD86-FFDC.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2026 – A Administração da Infra BR V Rodovias Holding II S.A. (“Companhia” ou “Infra II”) submete à sua apreciação o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2025.

As informações contábeis aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A Companhia

A Infra II atua como holding, não possuindo atividades operacionais próprias de prestação de serviços ou exploração comercial. Tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Dessa forma, o desempenho econômico-financeiro da Companhia está diretamente relacionado aos resultados das empresas investidas.

Desempenho financeiro

Equivalência patrimonial

O reconhecimento do resultado por equivalência patrimonial, reflete o desempenho operacional e financeiro da controlada direta Infra BR V Rodovias Holding III S.A. (“Infra III”).

R\$ mil	2025	2024	Δ%
Equivalência patrimonial	6.120	57.078	(832,6%)
Infra BR V Rodovias Holding III S.A.	6.120	57.078	(832,6%)

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu um ganho líquido de equivalência patrimonial de R\$6,1 milhões, que representa uma redução de R\$50,9 milhões em relação ao ganho de R\$57,1 milhões que foi reconhecido em 31 de dezembro de 2024, reflexo do desempenho das controladas.

Resultado do exercício

R\$ mil	2025	2024	Δ%
Resultado do exercício	(14.428)	61.341	525,2%

No exercício de 2025, a Companhia apurou um prejuízo líquido de R\$14,4 milhões frente ao lucro líquido de R\$61,3 milhões no exercício de 2024.

Endividamento

O endividamento do Grupo está concentrado em notas comerciais emitida pela Companhia e debêntures emitida pela Controlada direta. A administração acompanha de forma contínua o cumprimento das obrigações contratuais e dos eventuais *covenants* associados à debênture, mantendo o endividamento em níveis adequados e compatíveis com a estrutura de capital do Grupo.

R\$ mil	2025	2024	Δ%
Saldo de endividamento	1.020.377	862.457	99,8%
Debênture a pagar	816.139	689.807	15,5%
Notas comerciais a pagar	204.238	172.650	15,5%
Encargos Financeiros - juros incorridos	157.920	110.992	29,7%
Juros incorridos s/debêntures	126.332	88.773	29,7%
Juros incorridos s/notas comerciais	31.588	22.219	29,7%

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do endividamento do Grupo totalizava R\$1.020,4 milhões, representando um aumento de R\$157,9 milhões em relação ao saldo de R\$862,5 milhões registrado em

31 de dezembro de 2024. Esse acréscimo decorre, do reconhecimento dos encargos financeiros incorridos no período.

No exercício de 2025, o Grupo reconheceu R\$ 157,9 milhões em seu resultado, referente aos juros incorridos, representando um acréscimo de R\$ 46,9 milhões em relação ao montante reconhecido no exercício de 2024, que totalizou R\$ 111 milhões. Essa variação decorre da oscilação da taxa do CDI, à qual a debênture e as notas comerciais estão indexadas.

Compromisso de integralização de capital

A Companhia possui boletim de subscrição de capital a pagar à Controlada direta Infra III, prevendo futuro pagamento para integralização de capital de R\$1,1 bilhões. Em decorrência desse boletim de subscrição, a Companhia reconheceu contabilmente o valor justo do montante a pagar.

R\$ mil	2025	2024	Δ%
Saldo boletins de subscrição de capital a pagar	957.580	875.152	8,6%

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo líquido reconhecido a pagar totalizava R\$957,6 milhões, frente ao saldo líquido de R\$875,1 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, o referido montante é atualizado mensalmente por meio da apropriação do ajuste a valor presente (AVP), refletindo a passagem do tempo até a efetiva integralização do capital.

R\$ mil	2025	2024	Δ%
Encargos Financeiros - amortização capital a pagar	82.428	109.910	(33,3%)

A Companhia, reconheceu no resultado financeiro, em 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$82,4 milhões e R\$109,9 milhões em 31 de dezembro de 2024, a título de apropriação do AVP sobre o capital a pagar.

Os boletins de subscrição aprovados e reconhecidos, apresentam a seguinte cronograma para pagamento:

Boletim de subscrição	Capital subscrito	Nº ações subscritas	Prazo integralização
01/03	876.000.000	876.000.000	10/06/2027
02/03	179.000.000	179.000.000	14/12/2030
03/03	150.000.000	150.000.000	14/12/2030

Em 22 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de R\$150 milhões referente à integralização parcial do Boletim de Subscrição 01/03. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, permanecia o saldo de R\$1.055,0 milhões a pagar.

Estrutura de capital

A Infra II possui boletim de subscrição de capital aprovado, prevendo futura integralização de R\$1,2 bilhões a ser realizada por sua acionista. Em decorrência desse boletim de subscrição, a Companhia reconheceu contabilmente o valor justo do montante a receber.

R\$ mil	2025	2024	Δ%
Saldo boletins de subscrição de capital a receber	1.175.924	1.082.474	7,9%

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo líquido reconhecido a receber totalizava R\$1.175,9 milhões, frente ao saldo líquido de R\$1.082,5 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, o referido montante é atualizado mensalmente por meio da apropriação do ajuste a valor presente (AVP), refletindo a passagem do tempo até a efetiva integralização do capital.

R\$ mil	2025	2024	Δ%
Encargos Financeiros - amortização capital a receber	93.550	136.392	(45,8%)

Infra BR V Rodovias Holding II S.A.

Relatório da Administração em 31 de dezembro de 2025

A Companhia, reconheceu no resultado financeiro, em 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$93,5 milhões e R\$136,4 milhões em 31 de dezembro de 2024, a título de apropriação do AVP sobre o capital a integralizar.

Os boletins de subscrição aprovados e reconhecidos, apresentam a seguinte cronograma:

<u>Boletim de subscrição</u>	<u>Capital subscrito</u>	<u>Nº ações subscritas</u>	<u>Prazo integralização</u>
01/03	876.000.000	876.000.000	10/06/2027
02/03	195.000.000	195.000.000	10/06/2026
03/03	179.000.000	179.000.000	14/12/2030

Em 07 de março de 2025, a Companhia recebeu o montante de R\$100 mil referente à integralização parcial do Boletim de Subscrição 02/03. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, permanecia o saldo de R\$1.249,9 milhões a receber de sua acionista.

Considerações finais

A Companhia e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios dos usuários, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Relacionamento com auditores independentes

Informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2025: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Infra BR V Rodovias Holding III S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou:

- (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e
- (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2026.

Sergio Ray Santillan

Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho

Diretor Financeiro

Danilo Iankovski

Contador CRC 1SC027138/O-0 T-PR



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Acionistas da
Infra BR V Rodovias Holding II S.A.**
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infra BR V Rodovias Holding II S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Infra BR V Rodovias Holding II S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

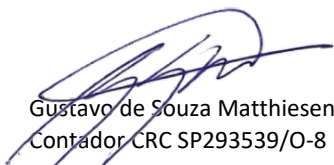
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP293539/O-8

INFRA BR V RODOVIAS HOLDING II S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024			31.12.2025	31.12.2024		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	10.a	16	-	283.824	198.277	Fornecedores	21	-	-	38.036	36.754
Aplicações financeiras	10.c	-	-	58.954	298.141	Passivo de arrendamento	25	-	-	3.789	3.588
Contas a receber	11	-	-	41.573	30.738	Obrigações sociais	23	-	-	14.360	10.575
Outras contas a receber - partes relacionadas	20	193.931	182.414	195.831	182.762	Obrigações fiscais	24	1	-	7.032	7.548
Estoque	14	-	-	8.064	6.973	Imposto de renda e contribuição social a pagar	24	-	-	16.958	22.080
IRPJ e CSLL a recuperar	12.a	-	-	51	9	Outras contas a pagar - partes relacionadas	20	-	-	995	878
Tributos a recuperar	12.b	3	-	5.098	3.481	Taxa de fiscalização	22.a	-	-	1.193	1.109
Despesas antecipadas	13	-	-	2.535	152	Credores pela concessão	22.b	-	-	68.637	41.252
Adiantamentos a fornecedor	-	-	-	116	576	Provisão de manutenção	26	-	-	139.253	81.553
Dividendos a receber	20	-	-	4	4	Debêntures	28	-	-	813.948	-
Outros créditos	-	-	-	180	16	Financiamentos	29	204.238	172.650	204.238	172.650
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTE		193.950	182.414	596.230	721.129	Outras contas a pagar	-	-	-	700	174
NÃO CIRCULANTE						TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTE		204.239	172.650	1.309.139	378.161
Despesas antecipadas	13	-	-	410	13	NÃO CIRCULANTE					
Conta da concessão restrita	10.b	-	-	66.946	40.007	Passivo de arrendamento	25	-	-	5.879	4.483
Outras contas a receber - partes relacionadas	20	981.993	900.060	981.993	900.060	Outras contas a pagar - partes relacionadas	20	957.580	875.152	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.b	-	-	126.284	75.378	Debêntures	28	-	-	-	685.225
Depósito judicial	27	-	-	36	10	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	27	-	-	288	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		981.993	900.060	1.175.669	1.015.468	Provisão de manutenção	26	-	-	223.299	132.825
Investimentos	16	973.644	967.524	27	160	TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CIRCULANTE		957.580	875.152	229.466	822.533
Direito de uso	17	-	-	8.720	7.155	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	18	-	-	39.066	34.709	Capital social	30.a	1.250.000	1.250.000	1.250.000	1.250.000
Intangível em operação	19	-	-	461.654	412.877	Avaliação patrimonial	-	(73.976)	(167.526)	(73.976)	(167.526)
Infraestrutura em construção	19	-	-	245.007	11.392	Prejuízo acumulado	-	(188.256)	(80.278)	(188.256)	(80.278)
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTE		1.955.637	1.867.584	1.930.143	1.481.761	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		987.768	1.002.196	987.768	1.002.196
TOTAL DOS ATIVOS		2.149.587	2.049.998	2.526.373	2.202.890	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.149.587	2.049.998	2.526.373	2.202.890

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	31	-	-	885.635	791.475
Custo dos serviços prestados	32	-	-	(788.602)	(768.281)
RESULTADO BRUTO		-	-	97.033	23.194
Gerais e administrativas	32	(1)	-	(70.952)	(48.817)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		-	-	465	141
Resultado de equivalencia patrimonial	16	6.120	57.078	(133)	152
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		6.119	57.078	26.413	(25.330)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	33	93.559	136.392	151.107	224.432
Despesas financeiras	33	(114.106)	(132.129)	(165.402)	(118.530)
		(20.547)	4.263	(14.295)	105.902
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(14.428)	61.341	12.118	80.572
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	15.a	-	-	(77.452)	(93.596)
Diferidos	15.a	-	-	50.906	74.365
		-	-	(26.546)	(19.231)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(14.428)	61.341	(14.428)	61.341
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)		(0,0115)	0,0491		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRA BR V RODOVIAS HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>(14.428)</u>	<u>61.341</u>	<u>(14.428)</u>	<u>61.341</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(14.428)</u>	<u>61.341</u>	<u>(14.428)</u>	<u>61.341</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código 1785-2CCE-DD86-FFDC.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		1.250.000	(303.918)	(5.227)	940.855
Resultado do exercício		-	-	61.341	61.341
Amortização do ajuste a valor presente		-	136.392	(136.392)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	30.a	1.250.000	(167.526)	(80.278)	1.002.196
Resultado do exercício		-	-	(14.428)	(14.428)
Amortização do ajuste a valor presente		-	93.550	(93.550)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	30.a	1.250.000	(73.976)	(188.256)	987.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado do exercício		(14.428)	61.341	(14.428)	61.341
Ajustes para conciliar o resultado líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	32	-	-	107.603	34.616
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.a	-	-	(50.906)	(74.365)
Imposto de renda e contribuição social correntes	15.a	-	-	77.452	93.596
Despesa (Receitas) financeira dos ajustes a valor presente s/provisão de manutenção	26	-	-	(2.047)	(26.159)
Despesa financeira - juros arrendamento mercantil	25	-	-	1.087	1.093
Juros e variações monetárias de financiamentos	29	31.588	22.219	31.588	22.219
Juros e variações monetárias de debêntures	28	-	-	126.332	88.773
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis e trabalhistas		-	-	446	8
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	27	-	-	45	-
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	26	-	-	216.366	240.537
Encargos Financeiros - ajuste a valor presente - Ativo	33	(93.550)	(136.392)	(93.550)	(136.392)
Encargos Financeiros - ajuste a valor presente - Passivo	33	82.428	109.910	-	-
Baixa de ativos permanentes	19	-	-	58	-
Resultado equivalência patrimonial	16	(6.120)	(57.078)	133	(152)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(10.835)	(30.738)
Outras contas a receber		100	-	(1.452)	(140)
Estoques		-	-	(1.091)	(6.973)
Despesas antecipadas		-	-	(2.780)	4.387
Impostos a recuperar		(3)	-	(1.659)	(2.598)
Outros créditos		-	-	(164)	(16)
Depósitos judiciais		-	-	(26)	(10)
Adiantamentos a fornecedores		-	-	460	(565)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	-	(67.075)	1.422
Outras contas a pagar - partes relacionadas		-	-	117	572
Obrigações sociais		-	-	3.785	9.877
Obrigações fiscais		1	-	(9.168)	(2.834)
Credores pela concessão		-	-	27.385	41.252
Riscos cíveis e trabalhistas		-	-	(203)	(8)
Taxa de fiscalização		-	-	84	1.109
Outras contas a pagar		-	-	526	174
Custo de transação - debêntures		-	-	2.391	(4.582)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		-	-	(996)	(217)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(73.391)	(61.598)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		16	-	266.087	253.629
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Conta corrente restrita		-	-	(26.939)	(11.430)
Aplicação financeira		-	-	239.187	(54.587)
Investimentos		-	-	-	(12)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	18	-	-	(10.764)	(35.896)
Aquisições de itens do intangível e infraestrutura em construção		-	-	(378.057)	(398.427)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	-	(176.573)	(500.352)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento arrendamento mercantil		-	-	(3.967)	(7.444)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento		-	-	(3.967)	(7.444)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		16	-	85.547	(254.167)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		-	-	198.277	452.444
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		16	-	283.824	198.277
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO SALDO DE EQUIVALENTES DE CAIXA		16	-	85.547	(254.167)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Infra BR V Rodovias Holding II S.A. (“Companhia”), é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório é Avenida Sete de Setembro, 4476, Curitiba, Estado do Paraná.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, é uma empresa brasileira holding de instituições não financeira.

A Companhia tem como única controladora direta a Infra BR V Rodovias Holding I S.A., que por sua vez tem como controladora final do Grupo o (i) Pátria Infraestrutura V Master Brasil Fundo de Investimento em Participações, (ii) Pátria Infraestrutura V Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e (iii) Oregon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

As demonstrações financeiras da Companhia individual e consolidada correspondem aos saldos da Companhia e de sua controlada, em que a participação direta é de 100% do capital votante (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2. Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das entidades controladas:

	Controlada	Participação acionária %	
		2025	2024
Infra BR V Rodovias Holding III S.A. (a)	Direta	100	100
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Indireta	100	100

a) Infra BR V Rodovias Holding III S.A.

A Infra BR V Rodovias Holding III S.A. (“Infra III”), é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório é Avenida Sete de Setembro, 4476, Curitiba, Estado do Paraná, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, é uma empresa brasileira holding de instituições não financeira que possui o controle de Sociedade de Propósito Específico (SPE) atuante no setor de concessões rodoviárias.

b) Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

A Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Araucária”), é uma sociedade de propósito específico, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, situada na Avenida Sete de Setembro, 4476, Curitiba, Estado do Paraná.

A Via Araucária tem como objeto social a exploração do lote rodoviário federal BR-277/373/376/476 e PR-418/423/427, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 01 do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, em conformidade com o Edital de Licitação nº 01/2023, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) vencido em 25 de agosto de 2023, sob a forma de concessão de serviço iniciado em 26 de janeiro de 2024, compreendendo a prestação de serviços de execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia e realização dos investimentos necessários.

O Contrato de Concessão foi celebrado em 30 de janeiro de 2024, com prazo de 30 anos para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário que compõem o Lote 1 Paraná e integram a concessão as praças de pedágio P1 – S. L. Do Purunã – PR (km 140+000) da BR-277/PR, P2 – Lapa – PR (km 191+500) da BR-476/PR, P3 – Porto Amazonas – PR (km 165+700) da BR-277/PR, P4 – Imbituva – PR (km 216+000) da BR-373/PR e P5 – Irati – PR (km 256+100) da BR-277/PR.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Nos termos do contrato, a Via Araucária assumiu compromissos de implantação das seguintes obras:

- 344 km de duplicação de rodovia;
- 215 km de faixas adicionais;
- 32 km de vias marginais;
- 27 km de ciclovias;
- 63 interseções;
- 20 correções de traçado;
- 12 passarelas;
- 92 melhorias de acesso;
- 3 km de barreira antirruído;
- 14 passagens de fauna;
- 31 caixa de produtos perigosos.

Os principais compromissos firmados pela Via Araucária decorrentes do contrato de concessão são:

(a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$11.500 a ser atualizado pelo índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio – IRT.

(b) Assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER.

(c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Via Araucária, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

(d) A Via Araucária assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro.

(e) A Via Araucária assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

(f) A Via Araucária assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, a Via Araucária possui compromissos contratuais de investimentos em infraestrutura, recuperações e manutenções necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas, cujo montante estimado ainda compromissado totaliza R\$9,1 bilhões, a ser executado ao longo do prazo remanescente da concessão. Tais valores estão sujeitos a revisões decorrentes de eventuais adequações contratuais e da atualização das estimativas de custos, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Grupo reconheceu um prejuízo líquido de R\$14.428 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$702.909 mil.

O Grupo projeta que as obrigações financeiras exigíveis serão cumpridas mediante recursos oriundos de atividades de financiamento. Nesse sentido, a Administração possui planos de integralização de capital, formalizados por boletins de subscrição firmados pelos acionistas, destinados à Companhia e à sua controlada direta. Com base nesses compromissos e nas projeções de fluxo de caixa, a Administração entende que o Grupo dispõe de recursos financeiros suficientes para honrar suas obrigações à medida que se tornam exigíveis.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real – R\$, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Julgamentos

As aplicações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Contabilização do contrato de concessão:** na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, o Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.
- **Nota explicativa 19 - momento de reconhecimento do ativo intangível:** a Administração do Grupo avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

- Nota explicativa 19 - determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão: o Grupo reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitados ao prazo da respectiva concessão. O Grupo reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.
- Nota explicativa 31 – determinação das receitas de construção: de acordo com ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, quando o Grupo contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração do Grupo avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.
- Nota explicativa 26 - provisão para manutenção referente ao contrato de concessão: a contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituição nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. O provisionamento é realizado com base na estimativa atualizada dos gastos para o próximo ciclo, o qual ocorre, em média, a cada cinco anos.

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possui um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 26 - determinação de provisões para manutenção: estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.
- Nota explicativa 15 - imposto diferido: o imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa 27 – determinação de provisões para riscos processuais: reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração do Grupo reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos.

iii. Mensuração do valor justo

A informação sobre mensuração do valor justo na data da emissão do relatório está relacionada ao seguinte aspecto:

- instrumentos financeiros – nota explicativa 35.

6. Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

7. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

8. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

i. Base de consolidação

a – Controladas e controladas em conjunto

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Já para as controladas em conjunto se faz quanto o Grupo não tem os poderes e habilidades de afetar seus retornos sobre a entidade.

b – Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. A participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida também são contabilizados com o uso desse método.

c – Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras do Grupo e de sua controlada mencionada na nota explicativa 16. Os principais procedimentos de consolidação são os seguintes:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados da investida.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação.
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investida, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

d – Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

ii. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

iii. Aplicações financeiras

Incluem os montantes de aplicações financeiras sem conversibilidade imediata em caixa. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

Esses recursos são utilizados em investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das rodovias objeto do contrato de concessão e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

iv. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o resultado líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

v. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado

vi. Intangível e infraestrutura em construção

O Grupo, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão (refere-se a data que a infraestrutura se encontra disponível para uso). A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante o prazo de concessão.

vii. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

O Grupo revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, o Grupo não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O Grupo possui uma única UGC, correspondente ao conjunto de ativos que atua de forma integrada na exploração do contrato de concessão.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado.

Teste de recuperabilidade

O Grupo avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação efetuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não apontou a necessidade de constituição da provisão para o valor recuperável destes ativos. Como consequência não existe perdas por desvalorização a serem reconhecidas nos exercícios mencionados acima.

viii. Investimentos

O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e os resultados da investida são reconhecidos como aumento ou redução do investimento em contrapartida no resultado como resultado da equivalência patrimonial.

ix. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

x. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

xi. Provisão para riscos processuais

O Grupo, quando aplicável, reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

xii. Credor pela concessão

Representa os valores do Grupo a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

xiii. Provisão de manutenção

O Grupo reconhece provisão para manutenção relacionada as obrigações contratuais dos ativos operacionais vinculados ao trecho da concessão rodoviária. As obrigações decorrem dos termos do contrato de concessão e tem como objetivo assegurar a condição da infraestrutura em níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente. A constituição é com base na melhor estimativa técnica, considerando a periodicidade e o escopo das intervenções previstas de recuperação de pavimento, bem como o histórico de custos e os parâmetros de engenharia aplicáveis. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 14,35% ao ano em 31 de dezembro de 2025 (10,84% ao ano em 31 de dezembro de 2024).

xiv. Financiamentos e Debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

xv. Custos com financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

xvi. Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2)

No início de um contrato, o grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental de

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

financiamento utilizando premissas de mercado (i) curva de risco de crédito, (ii) curva de juros e (iii) prazo contratual.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

xvii. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente

mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

xviii. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores do Grupo, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

xix. Reconhecimento de receita

(a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receitas de construção

O Grupo contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão.

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

(c) Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, passivos e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

xx. Benefícios a empregados

O Grupo concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando o Grupo tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado.

O Grupo não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

9. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48).

10. Caixa e equivalentes de caixa, conta corrente restrita e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e contas bancárias	1	-	1.701	3.814
Aplicações financeiras	15	-	282.123	194.463
Total	16	-	283.824	198.277

O Grupo considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 97% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 35.

b) Conta da concessão restrita

Não circulante	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Conta corrente restrita	66.946	40.007
Total	66.946	40.007

A Via Araucária possui conta bancária de titularidade própria, classificada como de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário, em atendimento às disposições do Edital e do Contrato de Concessão. No ato de sua constituição, foram outorgados poderes exclusivos de movimentação à ANTT, sendo vedado ao Grupo acesso direto aos valores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Trata-se de Contas da Concessão, sendo Conta de Aporte vinculada aos Recursos Vinculados oriundos do lance vencedor do leilão de concessão, com a finalidade de constituir garantia do cumprimento das obrigações contratuais junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Conta de Ajuste vinculada aos depósitos de valores gerados pela Concessão, onde mensalmente, são creditados os valores retidos a título de ônus da concessão, conforme percentual estabelecido contratualmente sobre a receita bruta. Além disso, a conta é remunerada por rendimentos financeiros, cujos valores permanecem integralmente vinculados às finalidades da conta.

A Conta da Concessão é apresentada no balanço patrimonial na rubrica de ativos não circulantes restritos, refletindo sua natureza jurídica e contratual de indisponibilidade operacional, e os recursos nela mantidos somente poderão ser utilizados mediante autorização da autoridade concedente, para os fins previstos no Edital e no Contrato (Garantia).

c) Aplicações financeiras

<u>Circulante</u>	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Aplicações financeiras	58.954	298.141
Total	58.954	298.141

CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 97% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (99% a.a. em 31 de dezembro de 2024), e serão utilizados para os investimentos previstos no contrato de concessão.

11. Contas a receber

Estão representados por:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Pedágio eletrônico a receber (*)	39.102	29.376
Cupons de pedágio a receber	4	-
Vale pedágio a receber	2.057	1.037
Outras arrecadações de pedágio	410	325
Total	41.573	30.738

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas das instituições intermediárias no processo de meios de pagamentos automáticos, Operadoras de Serviço de Arrecadação – “OSA”. O prazo de vencimento acordado em contrato com as OSA’s é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa 35.

12. Impostos a recuperar

Os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Circulante	3	-	5.149	3.490
	3	-	5.149	3.490

Estão representados por:

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

a) IRPJ e CSLL a recuperar

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda a recuperar (IRPJ)	34	1
Contribuição social a recuperar (CSLL)	17	8
Total circulante	51	9

b) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3	-	5.036	3.270
Programa de integração social - PIS	-	-	1	1
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	4	4
Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISSQN	-	-	3	12
Outros	-	-	54	194
Total circulante	3	-	5.098	3.481

13. Despesas antecipadas

Estão representados por:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Prêmios de seguros a apropriar (a)	2.944	163
Outras despesas antecipadas a apropriar	1	2
Total	2.945	165
Circulante	2.535	152
Não circulante	410	13
	2.945	165

(a) Prêmios de seguros tem a sua apropriação de acordo com o período de vigência individual de cada apólice.

14. Estoque

Estão representados por:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Material para pavimentação	19	114
Elementos de proteção e segurança	1.930	1.630
Material de sinalização	4.230	3.808
Outros	1.885	1.421
Total	8.064	6.973

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.428)	61.341	12.118	80.572
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal	4.906	(20.856)	(4.120)	(27.394)
Adições e exclusões permanentes, líquidas	3.778	9.004	31.884	46.534
Adição ou exclusão de equivalência patrimonial	2.081	19.407	(46)	52
Adição ou exclusão de base negativa/prejuízo fiscal	(10.765)	(7.555)	(54.264)	(38.423)
Total imposto apurado	-	-	(26.546)	(19.231)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(77.452)	(93.596)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	50.906	74.365
	-	-	(26.546)	(19.231)
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%	(219%)	(24%)

b) Saldos patrimoniais diferido

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão de participação nos lucros	8.019	5.891
Riscos cíveis e trabalhistas	288	-
Outras provisões	566	515
Provisão para manutenção de rodovias	362.552	214.378
Arrendamentos	-	916
Base de cálculo diferenças temporárias	371.425	221.700
Alíquota nominal	34%	34%
Total diferenças temporárias	126.284	75.378
Não circulante	126.284	75.378

c) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa	-	(2.686)
Provisão de participação nos lucros	2.128	5.637
Riscos cíveis e trabalhistas	288	-
Outras provisões	51	475
Provisão para manutenção de rodovias	148.174	214.378
Arrendamentos	(916)	916
Base de cálculo diferenças temporárias	149.725	218.720
Alíquota nominal	34%	34%
Total diferenças temporárias	50.906	74.365

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

16. Investimentos

A movimentação dos investimentos da Companhia em controlada direta em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se demonstradas a seguir:

	%	Saldo em	Equivalência	Saldo em
	Participação	31.12.2024	patrimonial	31.12.2025
Infra III	100%	967.524	6.120	973.644
Total		967.524	6.120	973.644

	%	Saldo em	Equivalência	Saldo em
	Participação	01.01.2024	patrimonial	31.12.2024
Infra III	100%	910.446	57.078	967.524
Total		910.446	57.078	967.524

Sumário das informações contábeis da controlada direta e em conjunto em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

31.12.2025	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Infra III	9.962	1.777.636	813.954	-	973.644	6.120

31.12.2024	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Infra III	8.684	1.644.069	4	685.225	967.524	57.078

17. Direito de uso

A movimentação é como segue:

	31.12.2024	Adições	Remensuração	Baixas	Consolidado 31.12.2025
<u>Custo</u>					
Veículos (a)	5.431	4.840	262	(117)	10.416
Imóveis	1.820	947	81	-	2.848
Máquinas e equipamentos (b)	4.198	-	-	(4.198)	-
Guinchos	3.885	-	-	(3.885)	-
Outros (c)	181	-	-	(181)	-
Total custo	15.515	5.787	343	(8.381)	13.264
<u>Amortização acumulada</u>					
Veículos	(1.116)	(2.642)	-	28	(3.730)
Imóveis	(343)	(471)	-	-	(814)
Máquinas e equipamentos	(3.498)	(700)	-	4.198	-
Guinchos	(3.237)	(648)	-	3.885	-
Outros	(166)	(15)	-	181	-
Total amortização acumulada	(8.360)	(4.476)	-	8.292	(4.544)
Direito de uso líquido	7.155	1.311	343	(89)	8.720

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

					Consolidado
	01.01.2024	Adições	Remensuração	Baixas	31.12.2024
Custo					
Veículos (a)	-	5.426	5	-	5.431
Imóveis	-	2.761	(941)	-	1.820
Máquinas e equipamentos (b)	-	4.198	-	-	4.198
Guinchos	-	3.885	-	-	3.885
Outros (c)	-	181	-	-	181
Total custo	-	16.451	(936)	-	15.515
Amortização acumulada					
Veículos	-	(1.116)	-	-	(1.116)
Imóveis	-	(343)	-	-	(343)
Máquinas e equipamentos	-	(3.498)	-	-	(3.498)
Guinchos	-	(3.237)	-	-	(3.237)
Outros	-	(166)	-	-	(166)
Total amortização acumulada	-	(8.360)	-	-	(8.360)
Direito de uso líquido	-	8.091	(936)	-	7.155

(a) Refere-se à locação de veículos administrativos e veículos relacionados a operação da rodovia.

(b) Refere-se à locação de máquinas relacionadas a conservação de rodovias.

(c) Refere-se à locação de *containers*.

	Consolidado	
Vida útil média em anos	31.12.2025	31.12.2024
Veículos	4	4
Imóveis	4	4
Máquinas e equipamentos	1	1
Guinchos	1	1
Outros	1	1

18. Imobilizado

A movimentação é como segue:

				Consolidado
	31.12.2024	Adições	Transferências (*)	31.12.2025
Custo				
Móveis e utensílios	68	198	-	266
Computadores e periféricos	2.870	590	-	3.460
Veículos	15.243	7.948	-	23.191
Instalações, edifícios e dependências	-	109	46	155
Máquinas e equipamentos	19.363	1.129	(46)	20.446
Outras imobilizações	760	790	250	1.800
Total custo	38.304	10.764	250	49.318
Depreciação acumulada				
Móveis e utensílios	(3)	(20)	-	(23)
Computadores e periféricos	(437)	(614)	-	(1.051)
Veículos	(1.631)	(3.943)	-	(5.574)
Instalações, edifícios e dependências	-	(11)	-	(11)

Infra BR V Rodovias Holding II S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Máquinas e equipamentos	(1.471)	(1.959)	-	(3.430)
Outras imobilizações	(53)	(110)	-	(163)
Total amortização acumulada	(3.595)	(6.657)	-	(10.252)

Imobilizado líquido	34.709	4.107	250	39.066
----------------------------	---------------	--------------	------------	---------------

	Consolidado			
	01.01.2024	Adições	Transferências	31.12.2024
<u>Custo</u>				
Móveis e utensílios	-	68	-	68
Computadores e periféricos	-	973	1.897	2.870
Veículos	-	14.732	511	15.243
Máquinas e equipamentos	-	19.363	-	19.363
Outras imobilizações	-	760	-	760
Total custo	-	35.896	2.408	38.304
<u>Depreciação acumulada</u>				
Móveis e utensílios	-	(3)	-	(3)
Computadores e periféricos	-	(437)	-	(437)
Veículos	-	(1.631)	-	(1.631)
Máquinas e equipamentos	-	(1.471)	-	(1.471)
Outras imobilizações	-	(53)	-	(53)
Total amortização acumulada	-	(3.595)	-	(3.595)
Imobilizado líquido	-	32.301	2.408	34.709

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para o imobilizado.

	Consolidado	
<u>Taxas de amortização - a.a.</u>	31.12.2025	31.12.2024
Móveis e utensílios	10%	10%
Computadores e periféricos	20%	20%
Veículos	20%	20%
Instalações, edifícios e dependências	10%	10%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Outras imobilizações	(*)	(*)

(*) Prazo remanescente da concessão

Ativos cedidos em garantia

O Grupo não possui bens dados em garantia em processos judiciais.

19. Intangível em operação e infraestrutura em construção

A movimentação é como segue:

					Consolidado
	31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências (*)	31.12.2025
<u>Custo</u>					
Intangível em rodovias – obras e serviços	404.099	118.621	(59)	25.992	548.653
Direito de outorga da concessão	28.577	-	-	-	28.577
Software	2.862	640	-	52	3.554
Total custo	435.538	119.261	(59)	26.044	580.784
<u>Amortização acumulada</u>					
Intangível em rodovias – obras e serviços	(21.823)	(95.413)	1	-	(117.235)
Direito de outorga da concessão (**)	(796)	(955)	-	-	(1.751)
Software	(42)	(102)	-	-	(144)
Total amortização acumulada	(22.661)	(96.470)	1	-	(119.130)
Intangível em operação	412.877	22.791	(58)	26.044	461.654
Adiantamento a fornecedores (a)	585	64.078	-	(8.373)	56.290
Infraestrutura em construção (b)	10.807	195.831	-	(17.921)	188.717
Infraestrutura em construção	11.392	259.909	-	(26.294)	245.007
Intangível líquido	424.269	282.700	(58)	(250)	706.661

				Consolidado
	01.01.2024	Adições	Transferências	31.12.2024
<u>Custo</u>				
Intangível em rodovias – obras e serviços	-	203.138	200.961	404.099
Direito de outorga da concessão	-	28.577	-	28.577
Software	-	2.600	262	2.862
Total custo	-	234.315	201.223	435.538
<u>Amortização acumulada</u>				
Intangível em rodovias – obras e serviços	-	(21.823)	-	(21.823)
Direito de outorga da concessão (**)	-	(796)	-	(796)
Software	-	(42)	-	(42)
Total amortização acumulada	-	(22.661)	-	(22.661)
Intangível em operação	-	211.654	201.223	412.877
Adiantamento a fornecedores (a)	5.724	110.791	(115.930)	585
Infraestrutura em construção (b)	28.837	69.671	(87.701)	10.807
Infraestrutura em construção	34.561	180.462	(203.631)	11.392
Intangível líquido	34.561	392.116	(2.408)	424.269

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Taxas de amortização - a.a.	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Intangível em rodovias – obras e serviços	(***)	(***)
Direito de outorga da concessão	(***)	(***)
Software	20%	20%

(*) O saldo refere-se à transferência de infraestrutura em construção para o intangível e reclassificação de intangível para imobilizado, em função do início da operação da concessão.

(**) Recursos referente a direito de outorga pago conforme mencionado na nota explicativa 2.A – relação de entidades controladas.

(***) Prazo remanescente da concessão

(a) Refere-se a adiantamentos a fornecedores por serviços nas rodovias.

(b) Refere-se a serviços de projetos e estudos para a expansão nas rodovias, conforme previsto no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política do Grupo é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis.

20. Partes relacionadas

As transações efetuadas entre as partes relacionadas são relativas a despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 com as quais ocorreram operações, estão demonstradas a seguir:

	Relação	Controladora	
		31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante			
Contas a receber:			
Infra BR V Rodovias Holding I S.A. (c)	Controladora	193.931	182.414
Contas a receber de partes relacionadas circulante		193.931	182.414
Ativo não circulante			
Contas a receber:			
Infra BR V Rodovias Holding I S.A. (c)	Controladora	981.993	900.060
Contas a receber de partes relacionadas não circulante		981.993	900.060
Total ativo		1.175.924	1.082.474
Passivo não circulante			
Contas a pagar:			
Infra BR V Rodovias Holding III S.A. (b)	Controladora	957.580	875.152
Contas a pagar de partes relacionadas não circulante		957.580	875.152

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Relação	Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante			
Contas a receber:			
Infra BR V Rodovias Holding I S.A. (c)	Controladora	193.931	182.414
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	Coligada	493	215
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (a)	Coligada	399	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	Coligada	32	18
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (a)	Coligada	114	115
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A. (a)	Coligada	862	-
Contas a receber de partes relacionadas circulante		195.831	182.762
Dividendos a receber:			
IBH I Serviços e Participações S.A.		4	4
Total dos dividendos a receber		4	4
Total parte relacionada no ativo circulante		195.835	182.766
Ativo não circulante			
Contas a receber:			
Infra BR V Rodovias Holding I S.A. (c)	Controladora	981.993	900.060
Contas a receber de partes relacionadas não circulante		981.993	900.060
Total ativo		1.177.828	1.082.826
Passivo circulante			
Contas a pagar:			
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	Coligada	59	65
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (a)	Coligada	-	1
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	Coligada	936	812
Contas a pagar de partes relacionadas circulante		995	878

Movimentos de resultados estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Contas de resultado				
Infra BR V Rodovias Holding I S.A. (c)	93.550	136.392	93.550	136.392
Infra BR V Rodovias Holding III S.A. (b)	(82.428)	(109.910)	-	-
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	-	-	170	(2.780)
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (a)	-	-	542	-
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (a)	-	-	-	(9)
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	-	-	(8.107)	(5.519)
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (a)	-	-	-	91
Infraestrutura Brasil Holding 34 S. A. (a)	-	-	1.176	-
Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A. (a)	-	-	13.174	-
Total	11.122	26.482	100.505	128.175

- (a) Referem-se a compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa da IBH I Serviços e Participações S.a., que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

- (b) Refere-se ao compromisso assumido de entrega de caixa ajustado ao valor presente, para Infra BR V Rodovias Holding III S.A., atrelado ao aumento de capital de acordo com os boletins de subscrição onde é estabelecido o cronograma de aporte de capital, sendo esta condição irrevogável e irretroatável.

Cronograma de aportes realizadas via Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2023:

<u>Boletim de subscrição</u>	<u>Capital subscrito</u>	<u>Nº ações subscritas</u>	<u>Prazo integralização</u>
01/03 (*)	726.000	726.000	10/06/2027
02/03	179.000	179.000	14/12/2030
03/03	150.000	150.000	14/12/2030

(*) Capital integralizado parcial de R\$150.000 em 23 de dezembro de 2023.

- (c) Refere-se ao compromisso assumido pelos acionistas de entregar caixa ajustado ao valor presente com taxa de desconto de 15,15% atrelado ao aumento de capital de acordo com os boletins de subscrição onde é estabelecido o cronograma de aporte de capital, sendo esta condição irrevogável e irretroatável. O recebimento segue o cronograma detalhado na nota explicativa 30.a. Adicionalmente os boletins de subscrição foram dados como garantia nas operações financeiras.

Remuneração dos Administradores

Em 22 de abril de 2025, foi aprovado em ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores em até R\$ 5.783 para o ano de 2025 (R\$ 10.000 para dezembro de 2024).

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

	Consolidado	
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Composição:</u>		
Salário	2.718	2.171
Bônus variáveis	730	1.208
Encargos	1.194	673
Provisão (Férias, 13º)	528	422
Outros benefícios	621	481
Total	<u>5.791</u>	<u>4.955</u>

21. Fornecedores

	Consolidado	
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Fornecedores nacionais	30.106	27.169
Fornecedores provisão (a)	7.930	9.585
Total fornecedores circulante	<u>38.036</u>	<u>36.754</u>

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$38.036 (R\$36.754 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados predominantemente à concessão.

(a) Provisão de notas fiscais de prestação de serviço e material registrada em virtude do período de competência.

22. Credor pela concessão e taxa de fiscalização (Consolidado)

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, o Grupo não paga ônus fixo e/ou ônus variável ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado.

Os compromissos financeiros firmados pela Via Araucária decorrentes do contrato de concessão são:

(a) Taxa de fiscalização

Ao longo de todo o prazo de concessão deve ser recolhido à ANTT, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$11.500 a ser atualizado pelo índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio – IRT.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante pago de verba de fiscalização foi de R\$13.572 (R\$ 8.913 em 31 de dezembro de 2024) e o saldo no passivo circulante a pagar é de R\$1.193 (R\$ 1.109 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Credor pela concessão

Correspondente a retenção de 3% (três por cento) da receita bruta ao longo de todo o prazo da concessão, podendo ser ajustado entre 0% (zero por cento) e 6% (seis por cento) em razão da aplicação do Mecanismo de Proteção Cambial, na forma prevista no contrato.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante do compromisso a pagar é R\$ 68.637 (R\$ 41.252 em 31 de dezembro de 2024).

23. Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais

Estão representados por:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Salário e remunerações a pagar	442	2
Provisão para participação nos lucros ou resultados	6.761	5.119
Encargos sociais e previdenciários	2.133	1.834
Provisões Férias e 13º salários	5.024	3.620
Total obrigações sociais	14.360	10.575

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

24. Impostos, taxas e contribuições a recolher

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda - IRPJ	-	-	11.409	14.885
Contribuição social - CSLL	-	-	5.549	7.195
Total IRPJ e CSLL	-	-	16.958	22.080
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	-	207	107
Programa de integração social - PIS	-	-	369	363
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	1.745	1.721
Tributos federais retidos	1	-	997	1.466
Obrigações fiscais federais	1	-	3.318	3.657
Impostos sobre serviços - ISS	-	-	3.714	3.891
Obrigações fiscais municipais	-	-	3.714	3.891
Total Obrigações fiscais	1	-	7.032	7.548

25. Arrendamento mercantil

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	8.071	-
Adições	5.787	16.451
Remensuração	343	(936)
Juros provisionado	1.087	1.093
Pagamento de principal	(4.444)	(7.444)
Pagamento de juros	(1.087)	(1.093)
Baixa	(89)	-
Saldo final	9.668	8.071
Passivo circulante	3.789	3.588
Passivo não circulante	5.879	4.483

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu no resultado o valor de R\$ 1.087 em juros provisionados de arrendamento (R\$ 1.093 em 31 de dezembro de 2024).

Para os contratos reconhecidos no ano de 2025, a média da taxa de desconto é de 15,06% a.a. (11,09% a.a. em 31 de dezembro de 2024), a determinação da taxa de desconto utilizada tem como base a taxa incremental utilizando premissas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, a realização da parcela não circulante do arrendamento apresenta os seguintes vencimentos:

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	
<u>Ano de vencimento</u>	<u>31.12.2025</u>
2027	3.685
2028	1.174
2029	593
Após 2029	427
	5.879

26. Provisão de manutenção

O Grupo constitui provisão de manutenção com o objetivo de mensurar o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A provisão de manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente, considerando os valores da próxima intervenção no ciclo de 5 anos.

A composição dos saldos da provisão de manutenção é como segue:

	Consolidado		
	31.12.2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	81.553	132.825	214.378
Adições/Reversões	57.661	158.705	216.366
Utilizações	(66.145)	-	(66.145)
Ajuste a valor presente	13.631	(15.678)	(2.047)
Transferências	52.553	(52.553)	-
Saldo final	139.253	223.299	362.552

	Consolidado		
	31.12.2024		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições/Reversões	80.262	160.275	240.537
Ajuste a valor presente	1.291	(27.450)	(26.159)
Saldo final	81.553	132.825	214.378

O Grupo reconheceu no resultado em 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$ 214.319 (R\$ 240.537 em 31 de dezembro de 2024) em provisão para manutenção.

27. Provisão para riscos processuais e depósitos judiciais

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e na análise da jurisprudência aplicável, classifica a probabilidade de perda dos processos em provável, possível ou remota e entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio do Grupo, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

A composição do risco é como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Probabilidade de perda	Consolidado			
	31.12.2025		31.12.2024	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Natureza do risco:				
Cíveis (a)	230	-	-	-
Trabalhistas (b)	58	1.405	-	-
Total	288	1.405	-	-

A movimentação dos saldos dos riscos é como segue:

	Consolidado				
	31.12.2024	Constituição/ Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	31.12.2025
Cíveis (a)	-	335	(138)	33	230
Trabalhistas (b)	-	111	(65)	12	58
Total	-	446	(203)	45	288

- (a) Processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário, em que o Grupo é parte.
- (b) Processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros, em que o Grupo é parte.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu no resultado o valor de R\$491 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) em provisão para riscos processuais.

A composição dos depósitos judiciais é como segue:

Depósitos judiciais	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	36	10
Total	36	10

28. Debêntures

1ª emissão de Debêntures – Infra BR V Rodovias Holding III S.A.

Em 10 de dezembro de 2023, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob a forma escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados, da espécie com garantia real, para distribuição pública. A totalidade dos recursos captados por meio da Oferta será destinada a realização de aumento(s) de capital social da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A., mediante a integralização do capital previamente subscrito e/ou a emissão de novas ações a serem subscritas e integralizadas, no montante mínimo exigido para celebração do Contrato de Concessão, conforme o disposto no Edital nº01/2023. Além de fornecer como garantia o boletim de subscrição nº 01/03 onde a controladora da Infra III deverá liquidar o boletim de subscrição em moeda corrente nacional em até 20 dias úteis contados da data de decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

A composição das debêntures é como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Emissão	Série	Quantidade	Taxa contratual	Vencimento	Consolidado	
					31.12.2025	31.12.2024
1ª emissão	Única	600.000	CDI + 3,50% a.a.	10.12.2026	816.139	689.807
Custo de transação	-	-	-	10.12.2026	(2.191)	(4.582)
					813.948	685.225

Cronograma de amortização da dívida:

Modalidade	Consolidado	
	Valor contábil	2026
Debêntures - CDI	816.139	816.139
	816.139	816.139

Os saldos e movimentações estão representados por:

	Consolidado				
	31.12.2025			31.12.2024	
	Circulante	Não circulante	Total	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	689.807	689.807	601.034	601.034
Juros provisionados	-	126.332	126.332	88.773	88.773
Transferência	816.139	(816.139)	-	-	-
	816.139	-	816.139	689.807	689.807
Custo de transação	(2.191)	-	(2.191)	(4.582)	(4.582)
Saldo final	813.948	-	813.948	685.225	685.225

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário, conforme descrito a seguir:

Emissão	Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Consolidado	
					Data integralização	Valor subscrito
1ª	Única	10.12.2023	600.000	1.000	26.12.2023	600.000

A escritura da 1ª emissão de debêntures possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado automático, na ocorrência de eventos de inadimplemento, sendo os principais elencados a seguir:

- (i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou decretação de falência da Holding III e/ou da Holding I e/ou da Holding II e/ou da SPE Via Araucária e/ou do Infra Fund V e/ou do FIOP Coinvest;
- (ii) Perda definitiva, extinção ou término antecipado da Concessão, por qualquer motivo, inclusive por encampação, caducidade ou anulação da Concessão por meio de decisão administrativa irrecorrível e/ou decisão judicial transitada em julgado;
- (iii) Inadimplemento e/ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívidas ou obrigações financeiras da Holding III e/ou da Holding I e/ou da Holding II e/ou da SPE Via Araucária, no mercado local ou internacional, que represente montante individual ou agregado superior a R\$40.000 ou o equivalente em outras moedas;
- (iv) Se a Holding III e/ou da Holding I e/ou da Holding II realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, juros sobre capital próprio, juros e/ou qualquer outro recurso, exceto pelos pagamentos permitidos.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, a Holding III encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

29. Financiamentos

1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais - Infra BR V Rodovias Holding II S.A

Em 18 de dezembro de 2023, foi realizado a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Os recursos captados por meio da Oferta serão destinados para a realização de aumento(s) de capital social da SPE, mediante a integralização do capital previamente subscrito pela Emitente e pela Infra III e/ou a emissão de novas ações a serem subscritas e integralizadas pela Emitente e pela Infra III, bem como a consequente quitação integral do financiamento pela SPE por meio de emissão de notas comerciais privadas com o Banco ABC do Brasil S.A., no montante de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), sem garantias, formalizado nos termos do Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Colocação Privada da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A., celebrado entre a SPE e o Banco ABC do Brasil S.A. em 08 de novembro de 2023.

A composição das notas comerciais escriturais é como segue:

Emissão	Série	Quantidade	Taxa contratual	Vencimento	Controladora/Consolidado	
					31.12.2025	31.12.2024
1ª	Única	150.000	CDI + 3,00% a.a.	18.12.2025	204.238	172.650
					204.238	172.650

Cronograma de amortização da dívida:

Modalidade	Controladora/Consolidado	
	Valor contábil	2026
Notas comerciais escriturais	204.238	204.238
	204.238	204.238

Os saldos e movimentações estão representados por:

	Controladora/Consolidado				
	31.12.2025		31.12.2024		
	Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	172.650	172.650	-	150.431	150.431
Juros provisionados	31.588	31.588	2.077	20.142	22.219
Transferência	-	-	170.573	(170.573)	-
Saldo final	204.238	204.238	172.650	-	172.650

As notas comerciais escriturais foram subscritas pelo seu valor nominal unitário, conforme descrito a seguir:

Emissão	Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
1ª	Única	18.12.2023	150.000.000	1.000	21.12.2023	150.000.000

A Companhia está obrigada a realizar o pagamento antecipado obrigatório total das Notas Comerciais Escriturais, caso o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, acrescido dos juros remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos nos termos do Termo de Emissão, exceda, a partir do 12º mês contado da data de emissão, ou seja, a partir de 18 de dezembro de 2024,

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

até a data de vencimento das Notas Comerciais Escriturais, o montante total dos Boletins de Subscrição Onerados.

Em 15 de dezembro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais a prorrogação das Notas Comerciais Escriturais de 18 de dezembro de 2025 para 18 de junho de 2026 (“rolagem”) e a alteração dos juros remuneratórios de CDI + 3,5% a.a. para CDI +3,0% a.a.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

30. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.250.000 (R\$1.250.000 em 31 de dezembro de 2024), compostos por 1.250.000.400 ações ordinárias e sem valor nominal (1.250.000.400 em 31 de dezembro de 2024). Nesta data, o capital integralizado é de R\$100 (R\$100 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia aprovou em Assembleia Geral em 14 de dezembro de 2023, o aumento de capital de R\$1.250.000, representado por 1.250.000 novas ações, conforme os boletins de subscrição:

<u>Boletim de subscrição</u>	<u>Capital subscrito</u>	<u>Nº ações subscritas</u>	<u>Prazo integralização</u>
01/03	876.000	876.000	10/06/2027
02/03	195.000	195.000	10/06/2026
03/03	179.000	179.000	14/12/2030

Em 31 de dezembro de 2025 permanece no contas a receber o valor líquido de R\$1.175.924 (R\$1.082.474 em 31 de dezembro de 2024) ajustado ao valor presente com taxa de desconto de 15,15%, atrelado ao cronograma de aporte de capital de acordo com os boletins de subscrição estabelecido, sendo esta condição irrevogável e irreatável.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Ajuste de avaliação patrimonial inclui:

- Variação líquida acumulada do valor presente sobre os valores a receber decorrentes dos boletins de subscrição (veja tópico acima a) Capital social), considerando o efeito do valor do dinheiro no tempo sobre os fluxos de caixa.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado parcialmente, mediante a reversão do ajuste a valor presente do exercício, refletindo o decurso do prazo.

c) Reserva legal

A Companhia segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2025 não há constituição de reserva legal devido ao resultado acumulado da Companhia ter apresentado prejuízo.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê em cada exercício social a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das S.A..

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* Assembleia Geral Ordinária, juros sobre capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2025 não há constituição de dividendos devido ao resultado acumulado da Companhia ter apresentado prejuízo.

31. Receitas

Estão representadas por:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Receita de pedágio	616.178	443.809
Receita acessória	326	-
Receita de serviços de construção (a)	322.464	386.069
Receita bruta	938.968	829.878
Imposto Sobre Serviços - ISS	(30.816)	(22.190)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(18.507)	(13.326)
Programa de Integração Social - PIS	(4.010)	(2.887)
Deduções	(53.333)	(38.403)
Receita líquida	885.635	791.475

(a) Sobre a receita de serviços de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado. A receita de construção foi reconhecida de acordo com ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contrato de Concessão.

32. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Com pessoal	-	-	(78.531)	(63.885)
Comunicação e <i>marketing</i>	-	-	(336)	(769)
Conservação	-	-	(23.391)	(12.188)
Consumo	-	-	(4.333)	(2.714)
Custos de serviços de construção	-	-	(322.464)	(386.069)
Depreciação / Amortização	-	-	(107.603)	(34.616)
Manutenção de bens e conservação	-	-	(4.200)	(1.889)
Ônus variável	-	-	(25.882)	(13.243)
Provisão de manutenção em rodovias	-	-	(216.366)	(240.537)
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-	-	(446)	(8)
Publicações legais	-	-	(21)	(84)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	-	-	(538)	-
Seguros / Garantias	-	-	(4.446)	(4.630)
Serviços de terceiros (*)	-	-	(41.869)	(29.990)
Transportes	-	-	(6.379)	(3.875)
Verba de fiscalização	-	-	(13.656)	(11.132)
Outros	(1)	-	(9.093)	(11.469)
Total	(1)	-	(859.554)	(817.098)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Custo dos serviços prestados	-	-	(788.602)	(768.281)
Despesas gerais e administrativas	(1)	-	(70.952)	(48.817)
Total	(1)	-	(859.554)	(817.098)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviço de limpeza, vigilância e outros.

33. Resultado financeiro

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receita financeira:				
Aplicações financeiras	9	-	55.490	61.861
Encargos financeiros sobre provisão de manutenção	-	-	2.047	26.159
Encargos Financeiros sobre capital a receber	93.550	136.392	93.550	136.392
Outras receitas	-	-	20	20
Total receita financeira	93.559	136.392	151.107	224.432
Despesa financeira:				
Encargos financeiros sobre debêntures	-	-	(126.332)	(88.773)
Encargos financeiros sobre notas comerciais	(31.588)	(22.219)	(31.588)	(22.219)
Encargos financeiros sobre arrendamento mercantil	-	-	(1.087)	(1.093)
Encargos financeiros sobre capital a pagar	(82.428)	(109.910)	-	-
Tributos s/receitas financeiras	-	-	(2.581)	(2.878)
Custo de transação	-	-	(2.391)	(2.391)
Atualização monetária sobre provisão de contingência	-	-	(45)	-
Outras despesas (*)	(90)	-	(1.378)	(1.176)
Total despesa financeira	(114.106)	(132.129)	(165.402)	(118.530)
Total resultado financeiro	(20.547)	4.263	(14.295)	105.902

(*) Refere-se a despesas bancárias, imposto sobre operações financeiras – IOF, juros e multas sobre obrigações e outros.

34. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do resultado básico e diluído por ação:

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Básico/Diluído</u>		
Resultado do exercício	(14.428)	61.341
Número de ações durante o exercício (*)	1.250.000	1.250.000
Resultado por ação	0,0115	0,0491

35. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios do Grupo estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

Exposição a riscos de taxas de juros

O Grupo está exposto a riscos normais de mercado. O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras, debêntures e financiamento vinculadas à variação do CDI.

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber com partes relacionadas, onde o Grupo fica exposto ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se darão de forma bem distribuída durante todo o período societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresenta valores a receber de R\$ 41.573 (R\$ 30.738 em 31 de dezembro de 2024), sendo 94,1% (95,6% em 31 de dezembro de 2024) deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a Administração do Grupo caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas 10 e 11. Para bancos e instituições financeiras, o Grupo tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pelo Grupo por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O Grupo reconheceu um prejuízo líquido de R\$14.428 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$702.909 mil.

O Grupo projeta que as obrigações financeiras exigíveis serão cumpridas mediante recursos oriundos de atividades de financiamento. Nesse sentido, a Administração possui planos de integralização de capital, formalizados por boletins de subscrição firmados pelos acionistas, destinados à Companhia e à sua controlada direta. Com base nesses compromissos e nas projeções de fluxo de caixa, a Administração entende que o Grupo dispõe de recursos financeiros suficientes para honrar suas obrigações à medida que se tornam exigíveis.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações:

31 de dezembro de 2025	Controladora			
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Contas a pagar - partes relacionadas	957.580	1.055.000	-	1.055.000
Financiamentos - CDI	204.238	220.410	220.410	-
	1.161.818	1.275.410	220.410	1.055.000

31 de dezembro de 2025	Consolidado			
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Fornecedores	38.036	38.036	38.036	-
Arrendamento mercantil a pagar	9.668	11.343	4.457	6.886
Contas a pagar - partes relacionadas	995	995	995	-
Debêntures - CDI	816.139	959.285	959.285	-
Financiamentos – CDI	204.238	220.410	220.410	-
Credores pela concessão	68.637	69.528	69.528	-
	1.137.713	1.299.597	1.292.711	6.886

31 de dezembro de 2024	Controladora			
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Contas a pagar - partes relacionadas	875.152	1.055.000	-	1.055.000
Financiamentos - CDI	172.650	199.458	199.458	-
	1.047.802	1.254.458	199.458	1.055.000

31 de dezembro de 2024	Consolidado			
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Fornecedores	36.754	36.754	36.754	-
Arrendamento mercantil a pagar	8.071	8.828	3.619	5.209
Contas a pagar - partes relacionadas	878	878	878	-
Debêntures - CDI	689.807	920.109	-	920.109
Financiamentos – CDI	172.650	199.458	199.458	-
Credores pela concessão	41.252	41.252	41.252	-
	949.412	1.207.279	281.961	925.318

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

O perfil financeiro do Grupo, têm estrutura atual composta por aplicações financeiras, debêntures e financiamentos atreladas ao CDI.

Na elaboração da análise de sensibilidade, o Grupo adotou o seguinte cenário:

Cenário Base (Provável): Mantida a taxa CDI vigente no encerramento do exercício, considerando como referência o cenário econômico corrente, com cenário para os próximos 12 meses, obtido da projeção do BACEN no boletim Focus de 26 de dezembro de 2025 publicado em 29 de dezembro de 2025.

A taxa considerada foi:

Referência para ativos financeiros	Cenário provável	
	31.12.2025	31.12.2024
CDI ativo (% a.a.)	12,15%	14,65%
CDI passivo (%a.a.)	12,15%	14,65%

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 31.12.2025	Risco	Controladora	
			Cenário provável	
			%	Valor
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras	15	CDI	12,15%	2
Financiamentos	(204.238)	CDI	12,15%	(24.815)
Total	(204.223)			(24.813)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				

Instrumentos	Exposição em 31.12.2025	Risco	Consolidado	
			Cenário provável	
			%	Valor
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras	341.077	CDI	12,15%	41.441
Debêntures	(816.139)	CDI	12,15%	(99.161)
Financiamentos	(204.238)	CDI	12,15%	(24.815)
Total	(679.300)			(82.535)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				

Instrumentos	Exposição em 31.12.2024	Risco	Controladora	
			Cenário provável	
			%	Valor
Ativos financeiros:				
Financiamentos	(172.650)	CDI	14,65%	(25.293)
Total	(172.650)			(25.293)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos	Exposição em 31.12.2024	Risco	Consolidado	
			Cenário provável	
			%	Valor
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras	492.604	CDI	14,65%	72.166
Debêntures	(689.807)	CDI	14,65%	(101.057)
Financiamentos	(172.650)	CDI	14,65%	(25.293)
Total	(369.853)			(54.183)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Instrumentos financeiros

As operações com instrumentos financeiros do Grupo estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme quadro a seguir:

	Nível	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	- (i)	16	-	283.824	198.277
Aplicações financeira	- (i)	-	-	58.954	298.141
Conta corrente restrita	- (i)	-	-	66.946	40.007
Contas a receber clientes	- (i)	-	-	41.573	30.738
Contas a receber - partes relacionadas	- (i)	1.175.924	1.082.474	1.177.824	1.082.822
Dividendos a receber	- (i)	-	-	4	4
Outros Créditos	- (i)	-	-	180	16
Depósitos judiciais	- (i)	-	-	36	10
Total do ativo		1.175.940	1.082.474	1.629.341	1.650.015
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	- (ii)	204.238	172.650	204.238	172.650
Contas a pagar - partes relacionadas	- (ii)	957.580	875.152	995	878
Debêntures	- (ii)	-	-	816.139	685.225
Fornecedores	- (ii)	-	-	38.036	36.754
Taxa de fiscalização	- (ii)	-	-	1.193	1.109
Credores pela concessão	- (ii)	-	-	68.637	41.252
Outras contas a pagar	- (ii)	-	-	700	174
Arrendamento mercantil a pagar	- (ii)	-	-	9.668	8.071
Total do passivo		1.161.818	1.047.802	1.139.606	946.113
(i)	custo amortizado				
(ii)	outros passivos financeiros				

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração a valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de mensuração do valor justo:

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pelo Grupo.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa, conta corrente restrito, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber e contas a receber com partes relacionadas se aproximam do valor justo na data do balanço patrimonial.

36. Seguros e garantias

A Via Araucária tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. A Via Araucária, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária.

Em 31 de dezembro de 2025, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Via Araucária está demonstrada a seguir:

Modalidade	Consolidado	
	Cobertura	Vigência
Seguro garantia (a)	521.462	até junho de 2026
Risco de engenharia (b)	260.000	até agosto de 2026
Responsabilidade civil geral (c)	40.000	até julho de 2026

(a) indenização no caso de descumprimento de quaisquer obrigações decorrentes da Lei ou do Edital, incluindo a recusa de assinatura do Contrato de Concessão, não atendimento das exigências para a assinatura do contrato, nas condições e no prazo estabelecidos no Edital.

(b) cobertura de todas as obras civis e instalações e montagens para a construção, adequação/reforma geral e manutenção ampla das cinco praças de pedágios com prédios administrativos e edifícios de Serviços de Atendimento ao Usuário - SAU que existirem em conjunto com as praças.

(c) indenização a terceiro reclamante e/ou reembolsar o segurado, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, ocorridos nas obras cobertas pelo Risco de Engenharia (b).

37. Transações que não afetam o caixa

As aquisições de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção que não tiveram impacto direto sobre o fluxo de caixa corrente em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
Saldos a pagar no fim do exercício sem efeito caixa	31.12.2025	31.12.2024
Intangível e infraestrutura em construção		
Aquisição de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção em obrigações fornecedores	28.384	46.697
Aquisição de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção em obrigações fiscais	6.600	531
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	34.984	47.228
Imposto de renda e contribuição pagos		
Imposto de renda e contribuição compensados	9.183	4.778
Total dos fluxos de caixa em imposto de renda e contribuição social pagos	9.183	4.778

38. Informações por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo, regularmente revisados pela diretoria da Administração do Grupo, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, o Grupo classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão do Grupo é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

O Grupo não possui grau de dependência relevante em relação a qualquer cliente individualmente considerado, ou a grupo de clientes sob controle comum, que represente receita igual ou superior a 10% da receita total do exercício. A principal fonte de receita do Grupo é a arrecadação tarifária decorrente da operação da concessão rodoviária, a qual é caracterizada por alta pulverização entre os usuários da rodovia.

* * *

Sergio Ray Santillan
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor financeiro

Danilo Iankovski
Contador
CRC 1SC027138/O-0 T-PR

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/1785-2CCE-DD86-FFDC>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: 1785-2CCE-DD86-FFDC



Hash do Documento

2D7F54736836EE349415B5664FD5D1395F06D558407E209966EC489BD0C6A356

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/02/2026 é(são) :

Gustavo de Souza Matthiesen - 321.008.008-92 em 27/02/2026

18:02 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital